

RELATÓRIO DE GESTÃO

MISSÃO JUNTO À COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EMBAIXADOR JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO

Registro profundo agradecimento a meus superiores pela honra e confiança com que fui distinguido na nomeação e no exercício do cargo, assim como meu sincero reconhecimento pela inestimável cooperação recebida de toda a equipe da Missão nos quase dois anos até agora transcorridos de minha gestão.

A representação junto a um organismo internacional como a CPLP significa, pela própria natureza do trabalho, que as múltiplas ações realizadas pelo Brasil não podem ser creditadas apenas, e muitas vezes sequer prioritariamente, à Missão, pois decorrem, na vasta maioria dos casos, de conjugação de esforços entre vários órgãos brasileiros e dependem essencialmente de entendimentos com os outros Estados-Membros.

Esses aspectos, talvez aplicáveis à diplomacia multilateral de forma genérica, são particularmente notáveis no caso da CPLP, que pauta as deliberações de seus órgãos decisórios pela regra do consenso e que envolve as mais diferentes instituições dos Estados – partícipes, por exemplo, na Assembleia Parlamentar e em numerosos foros de coordenação setorial, como as “reuniões ministeriais” em diversas áreas.

À Missão competiu garantir, no período, o encaminhamento diplomático das posições, propostas e iniciativas brasileiras nas instâncias decisórias da CPLP, quer pela atuação direta no Comitê de Concertação Permanente, formado pelos Representantes Permanentes junto à Organização; quer pela negociação da documentação preparatória e assessoria prestada pelo titular do posto às autoridades nacionais nas reuniões do Conselho de Ministros (Chanceleres) e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Díli, em julho de 2014; quer pela interlocução diária com o Secretariado Executivo e as representações dos demais Estados-Membros; quer pela participação de diplomatas da Missão em reuniões de grupos de trabalho e encontros técnicos em Lisboa.

Nos termos de suas atribuições, a Missão prestou, assim, contribuição ora direta, ora em apoio a outros órgãos brasileiros, entre os quais diferentes Ministérios, para as ações protagonizadas pelo País ou encaminhadas, com seu endosso, no âmbito da CPLP desde janeiro de 2014.

Este relatório divide-se em seis partes. As três primeiras dedicam-se a assinalar desdobramentos relevantes que se verificaram na CPLP no período 2014/15 conforme seus objetivos estatutários, chamados "três pilares" de atividade - a concertação político-diplomática, a cooperação "em todos os domínios" e a promoção da língua portuguesa -, apontando, em cada caso, ações de destaque do Brasil. A quarta seção arrola iniciativas da Missão para promoção da cultura brasileira. A quinta parte registra as principais dificuldades encontradas na gestão do Posto, e a última contém sugestões para o próximo chefe da Missão.

I - CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

Em matéria de concertação político-diplomática, ressalto, no período, os seguintes pontos:

(a) Presidência rotativa da CPLP

Em visita à sede da CPLP, no dia 21 de abril de 2015, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, anunciou o interesse do Brasil em sediar a próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (julho de 2016), o que implica assumir a Presidência rotativa da Comunidade no biênio 2016-2018. A oferta brasileira, aplaudida na ocasião pelos Estados-Membros, foi formalizada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, durante a XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Díli, 24 de julho de 2015), e aprovada também com aplauso de aclamação.

Caberá, portanto, ao Brasil sediar e organizar a próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo e presidir a Comunidade, inclusive as reuniões do Conselho de Ministros, no biênio que se inicia em julho de 2016. O Representante Permanente do Brasil junto à CPLP assumirá a coordenação das atividades do Comitê de Concertação Permanente, cujas reuniões têm frequência mínima mensal, e diplomatas da Missão ficarão encarregados da coordenação de reuniões de grupos de trabalho no seio do Secretariado.

A Presidência Pro Tempore acarreta várias outras responsabilidades para o país. O Estado-Membro que ocupa a Presidência rotativa da Comunidade é encarregado também da coordenação, organização e recepção da maioria das reuniões ministeriais setoriais da CPLP, assim como de reuniões técnicas a elas vinculadas. Os Regimentos Internos das reuniões ministeriais, aprovados pelos representantes das respectivas Pastas em encontros de alto nível, definem as obrigações da Presidência Pro Tempore da Comunidade no que respeita, em cada caso específico, à reunião setorial. De periodicidade geralmente bienal, numerosas reuniões ministeriais e reuniões técnicas conexas têm sido organizadas e sediadas por Timor-Leste, atual Presidente rotativo (por exemplo, Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais, Reunião dos Ministros do Turismo, Reunião dos Ministros do Interior e Administração Interna).

Desde logo, já se impõe para o Brasil uma obrigação advinda da futura Presidência rotativa da Comunidade: a participação em "Secretariados Técnicos Permanentes (STP)" de reuniões ministeriais setoriais. O STP é, tradicionalmente, formado por três Estados-Membros: aquele que detém a Presidência; aquele que a deteve no mandato imediatamente anterior; e aquele que a deterá. Os Secretariados Técnicos Permanentes são foros constituídos por representantes dos Ministérios ou instituições competentes pelos respectivos temas, incumbidos do monitoramento e do seguimento das decisões tomadas nas reuniões durante os intervalos entre as mesmas. Ademais, cabe aos STP, no período anterior à realização de uma reunião ministerial setorial, consolidar e preparar os documentos de trabalho, elaborar agendas e programações, manter contato entre os Estados-Membros e organizar física e logisticamente os encontros.

(b) A questão da Guiné-Bissau

A evolução dos acontecimentos políticos na Guiné-Bissau tem ocupado parte expressiva da agenda da Comunidade. Após o golpe de Estado no país, em abril de 2012, a Guiné-Bissau deixou de tomar parte na CPLP, de que é membro fundador. A retomada da normalidade política, no seguimento das eleições de maio de 2014, permitiu o retorno do país às atividades da Organização. O então Primeiro-Ministro eleito, Domingos Simões Pereira (ex-Secretário Executivo da CPLP), visitou a sede da Organização em Lisboa em junho de 2014 e participou da Cúpula de Díli, em julho do mesmo ano. Desde então, a Guiné-Bissau tem-se feito representar com regularidade nas reuniões dos órgãos da Comunidade.

A CPLP estabeleceu Representante Especial em Bissau, e a execução da medida contou com decisivo apoio do Brasil. O primeiro Enviado Especial da Comunidade, o brasileiro Carlos Moura, foi acolhido na estrutura da Embaixada do Brasil em Bissau, permitindo a viabilidade da presença da CPLP. O Enviado Especial que sucedeu ao Dr. Moura, o cabo-verdiano António Alves Lopes, atua no país desde outubro de 2014 até hoje.

No contexto da realização de mesa-redonda de doadores para a Guiné-Bissau (Bruxelas, 25/03/2015), o Brasil teve a iniciativa de propor a criação de rubrica no Fundo Especial da CPLP, intitulada “Cooperação da CPLP com a Guiné-Bissau”, que tem por objetivo apoiar projetos em áreas prioritárias identificadas pelo país. A rubrica conta com aporte inicial de quase 270 mil euros de recursos livres do Fundo Especial da CPLP. O Brasil contribuiu para a rubrica com recursos adicionais no montante de 160 mil euros.

A crise política iniciada em agosto de 2015, no bojo da qual o Presidente José Mário Vaz acabou por demitir o governo do Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, demandou novos esforços de concertação da Comunidade. A questão já havia sido examinada na XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, ainda antes do ápice da crise, e voltou a ser analisada pelos Chanceleres em Encontro Informal à margem da 70a. Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Foram realizadas duas reuniões extraordinárias do Comitê de Concertação Permanente (CCP), em Lisboa, para tratamento exclusivo do tema. A Organização emitiu um Comunicado (11/09/2015), elaborado pelo CCP, saudando a continuidade do normal funcionamento das instituições do país. Há a perspectiva de realização de uma missão de acompanhamento à Guiné-Bissau, integrada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste e pelo Secretário Executivo da CPLP.

(c) Admissão da Guiné Equatorial como Estado-Membro

Quando assumi o Posto, em janeiro de 2014, a posição do governo brasileiro favorável à admissão da Guiné Equatorial como nono Estado-Membro da Comunidade (em lugar de sua condição de Estado Associado) já estava há muito definida no mais alto nível e expressa publicamente. Em fevereiro daquele ano, na XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, realizada em Maputo, o único EM que ainda não havia concordado com a admissão, Portugal, indicou sua anuência. A Guiné Equatorial foi admitida em julho de 2014, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Díli. A plena integração da GE à Comunidade constitui um desafio que

tende a demandar tempo, a começar pelo processo de incorporação do patrimônio histórico e jurídico comum da Organização.

(d) Admissão de Observadores Associados e Consultivos

Na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Díli, em julho de 2014, foram admitidos quatro novos Observadores Associados à Comunidade: Japão, Turquia, Namíbia e Geórgia (além dos já existentes, Senegal e Ilhas Maurício). Outros pedidos de admissão encontram-se em negociação. Houve admissões de diversas entidades representativas da sociedade civil de Estados-Membros na categoria de Observador Consultivo.

(e) Missões de Observação Eleitoral

O Brasil apoiou com observadores e recursos financeiros as Missões de Observação Eleitoral da CPLP às eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau (abril e maio de 2014), Moçambique (outubro de 2014) e São Tomé e Príncipe (outubro de 2014). O processo eleitoral na Guiné-Bissau, que marcou o período de transição do golpe para a normalidade política, mereceu acompanhamento in loco, como observador, do então Subsecretário-Geral de Política III do MRE.

(f) VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP

O Brasil circulou convites para a realização da VI Reunião da Assembleia Parlamentar, a ter lugar em Brasília, em abril de 2016. A Presidência atual da Assembleia Parlamentar é exercida por Angola, país onde também funciona seu Secretariado Técnico Permanente.

(g) Debate sobre "nova visão estratégica" da CPLP

O Secretário Executivo lançou processo de reflexão e negociação de uma “nova visão estratégica” da CPLP, que possa servir de marco a seus trabalhos na próxima década. O Brasil tem participado ativamente do debate. Foi elaborado, na Missão do Brasil junto à CPLP, o projeto de texto que resultou em Resolução da Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Díli, em 2014, no sentido de criar um grupo de trabalho sobre a matéria, formado por representantes das missões dos Estados-Membros. Também coube à Missão do Brasil formular projeto de Resolução, aprovado em julho de 2015 pela XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, a propósito da elaboração dos termos finais do relatório do grupo de trabalho e do projeto de declaração a serem discutidos na próxima reunião extraordinária do Conselho de Ministros, cuja data de realização proposta (acolhida pelo Brasil) é 17 de março de 2016, em Lisboa.

No âmbito do debate sobre a "nova visão estratégica" da Organização, a Missão do Brasil tem atuado, tanto nas reuniões no Comitê de Concertação Permanente, como nas reuniões do grupo de trabalho, para identificação consensual entre os Estados-Membros de áreas que mereçam reforço da atuação comunitária na próxima década, ao mesmo tempo em que tem defendido a preservação dos princípios e diretrizes que regem a Comunidade. No entendimento do governo brasileiro, esses princípios e objetivos têm assegurado à CPLP uma história marcada por êxitos, de que são exemplos

a concertação político-diplomática, as diversas atividades de cooperação e o crescente reconhecimento internacional, atestado, por exemplo, pelo interesse de países e entidades na adesão à Comunidade na categoria de Observadores Associados e Consultivos.

(h) Reuniões do Conselho de Ministros e Cúpula

Desde que assumi a Missão junto à CPLP, realizaram-se as seguintes reuniões do Conselho de Ministros e de Cúpula: XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, em Maputo, em fevereiro de 2014; XIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Díli, em julho de 2014; X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em julho de 2014; XIII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, em Bissau, em outubro de 2014; XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Díli, em julho de 2015. Nesta última reunião, o Chanceler Mauro Vieira chefiou a delegação brasileira; em todas as demais reuniões, a chefia coube ao então Subsecretário-Geral de Política III do MRE, Embaixador Paulo Cordeiro. Tocou-me comparecer, como assessor do chefe da delegação brasileira, e negociar previamente no Comitê de Concertação Permanente/CCP, com os Representantes dos demais Estados-Membros, a documentação de base de todas essas reuniões, salvo o caso da XIII Reunião Extraordinária do CM, em Bissau.

(i) Apoio a candidaturas brasileiras

A Missão logrou articular, especialmente em reuniões do CCP, o endosso da Comunidade, afirmado na Cúpula de Díli de 2014 e na Reunião do Conselho de Ministros de julho de 2015, também em Díli, a importantes candidaturas brasileiras, entre as quais a reeleição do Doutor José Graziano como Diretor-Geral da FAO. O encaminhamento da reeleição do Doutor Graziano teve início com o endosso da CPLP na Cúpula de 2014, ainda antes da própria formalização da candidatura. Foram endossadas também, entre várias outras, a postulação de candidato brasileiro ao Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar e as candidaturas do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), mandato 2015-2017, e ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2017-2019. Os documentos emanados da Cúpula de 2014 e das Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros de 2014 e 2015 reiteraram o apoio da CPLP à integração do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, assim como à pretensão da África de estar representada no Conselho na mesma categoria.

II - COOPERAÇÃO

O "pilar" de cooperação na CPLP pode ser dividido em duas áreas: a cooperação "em sentido lato", que abarca a coordenação das instituições públicas dos Estados-Membros competentes pelos diversos setores de atuação do Governo (entre os quais se incluem Saúde, Educação, Cultura, Justiça, Defesa, Ciência e Tecnologia, Ambiente, Comércio, Assuntos do Mar, Agricultura e Segurança Alimentar, etc.), e a cooperação "em sentido restrito", ou seja, a cooperação técnica intracomunitária, essencialmente custeada pelo Fundo Especial da CPLP, mediante aportes financeiros dos Estados-Membros.

No período de 2014/2015, teve continuidade a tendência da CPLP a ampliar o leque de áreas de atuação e a plasmar a concertação de posições, ou cooperação "latu sensu", em documentos estratégicos para orientação das atividades.

Em junho de 2015, realizaram-se, em Portugal (Cascais e Estoril), a I Reunião de Ministros da Energia da CPLP e a I Conferência "Energia para o Desenvolvimento da CPLP". A energia somou-se, assim, às numerosas áreas de atividade previamente exploradas como novo e importante vetor de cooperação comunitária.

Quanto aos documentos orientadores, foram aprovados o Plano de Ação sobre Igualdade de Gênero da CPLP (2014-2016), pela III Reunião Ordinária das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero (Maputo, fevereiro de 2014); o Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP, pela VI Reunião Ordinária dos Ministros do Ambiente (Maputo, abril de 2014); o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respectivo Plano de Ação, pela VIII Reunião de Ministros da Cultura (Maputo, abril de 2014); o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e respectivo Plano de Ação, pela VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Maputo, abril de 2014); e o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP, pela I Reunião Extraordinária de Ministros da Educação (Díli, abril de 2015). Acrescente-se que a III Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde da CPLP (Maputo, fevereiro de 2014) adotou Resolução sobre a continuidade do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS/CPLP) até 2016.

Outro desdobramento relevante consistiu na assinatura, por ocasião da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, iniciativa em grande parte impulsionada pelos órgãos competentes do Brasil. A Convenção foi então assinada pelos representantes do Brasil, Portugal, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O representante da Guiné-Bissau, cujo Chanceler não pôde comparecer à reunião, indicou que estaria disposto a firmar o instrumento e só deixava de fazê-lo por não possuir carta de plenos poderes.

Fora do âmbito governamental, também conheceu significativo desenvolvimento no período a cooperação empresarial, estimulada pela "Confederação Empresarial da CPLP", que promoveu encontros de negócios e missões a Estados-Membros. Da interação facilitada pela Confederação nasceram a "União de Exportadores da CPLP" e a "União de Bancos e Seguradoras da CPLP"; a "União de Bancos", diferentemente da de "Exportadores", teve o cuidado de solicitar a anuência do Comitê de Concertação Permanente para o uso da sigla "CPLP".

Quanto à cooperação técnica intracomunitária, todos os projetos e ações financiados pelo Fundo Especial da CPLP devem ser examinados pela "Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC)", que é, estatutariamente, um dos órgãos auxiliares da Comunidade. A Agência Brasileira de Cooperação e a Coordenadoria-Geral da CPLP, do MRE, representam o Brasil na RPFC. Os representantes brasileiros têm participado ativamente das discussões e contribuído para a definição de políticas, metodologias e estratégias sobre o tema, a exemplo dos Planos Indicativos de Cooperação (PIC), além do aprimoramento dos processos de prestação de contas e de provimento de relatórios financeiros, de modo a torná-los mais adequados às necessidades dos Estados-Membros.

O Brasil é, tradicionalmente, protagonista de iniciativas de cooperação intracomunitária de grande relevo, entre as quais sobressaem, no período 2014/2015, os projetos relativos à "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)", ao "Programa CPLP Audiovisual", e ao "Fortalecimento da Capacidade para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência". Destacam-se, igualmente, as ações de cooperação brasileiras em apoio à execução de medidas concertadas na área de Saúde, compatíveis com o "PECS - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP", e em respaldo à implementação da "ESAN - Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP". Resume-se, a seguir, a cooperação brasileira nessas vertentes:

(a) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)

Essa iniciativa de cooperação, coordenada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com sede em Redenção/CE, tem por objetivo construir uma Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP, capaz de promover o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos. O valor total do projeto é de € 2.280.000,00; até o momento foi transferido ao Fundo Especial da CPLP o valor de € 1.376.299,81.

A 1ª Reunião Técnica Internacional da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior teve lugar em maio de 2014, em Fortaleza, e propiciou um debate qualificado entre representantes de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, promovendo adesão política para gerar propostas concretas de funcionamento da Rede em 2014 e 2015. Estimulou, ainda, a reflexão sobre ações e temas prioritários das suas agendas, no contexto da internacionalização do ensino superior.

Em dezembro de 2014, realizou-se, na sede da CPLP, a 2ª Reunião Técnica Internacional dos Pontos Focais da RIPES. Essa reunião teve como objetivo ampliar e reforçar o diálogo entre a UNILAB, os reitores de universidades dos PALOPs e de Timor-Leste e demais autoridades. A Reunião Técnica estabeleceu cinco propostas para discussão conjunta, com o objetivo de partilhar e planejar as seguintes ações estratégicas: 1º Seminário Internacional da RIPES; 1º Edital de Mobilidade Docente da RIPES; proposta para iniciar a implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no âmbito da RIPES; proposta do Projeto Editorial da Revista Científica Indexada Digital da RIPES; e proposta para a publicação de uma Coletânea de Livros Sobre o Estado da Arte da Educação Superior nos PALOP e Timor-Leste.

(b) Programa CPLP Audiovisual

Proposto pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com o Instituto do Cinema e do Audiovisual de Portugal (ICA), como ação afeta ao Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (PECC), o Programa CPLP Audiovisual foi apresentado pela Missão do Brasil aos Estados-Membros na 176ª Reunião do CCP (7/10/2014) e aprovado em 19/10/2014.

O Programa está subdividido em três vertentes: DOCTV, de produção de documentários televisivos; FICTV, de produção de telefilmes adaptados de obras

literárias; e "Nossa Língua", de intercâmbio de conteúdo de TV aberta. Para sua implementação, realizou-se aporte de recursos oriundos do MinC, no valor de sete milhões de reais, ao Fundo Especial da CPLP. Junto com aporte do ICA, perfiz-se o total necessário para o início das atividades do Programa, em dezembro de 2014.

Durante a IV Reunião de Pontos Focais da Cultura (17 e 18/11/2015), foi realizada avaliação do grau de execução das ações prioritárias no primeiro biênio do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP. Constatou-se que o Programa CPLP Audiovisual foi a única ação que teve recursos consignados pelos Estados-Membros e se encontra em andamento conforme sua planilha de execução.

(c) Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP

A Instituição Executora Nacional do projeto é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como parceiras instituições voltadas para a temática nos Estados-Membros, sejam órgãos governamentais, sejam organizações da Sociedade Civil. O projeto almeja fortalecer a capacidade institucional com vistas à formulação e execução de políticas nacionais para promoção dos direitos da pessoa com deficiência, capacitando agentes públicos e representantes da sociedade para promover os direitos das pessoas com deficiência e desenvolver estratégias de inclusão desse segmento nas políticas sociais do Estado. Os repasses de recursos ao Fundo Especial da CPLP destinados ao projeto somaram € 213.839.

O projeto encontra-se em plena execução. Até o momento foram realizadas as seguintes ações, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe:

- em novembro de 2014, primeira missão de prospecção em Moçambique, a qual contou com a autoridade máxima nacional, responsável pelo tema, o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; em maio de 2015, capacitação a agentes da sociedade civil e governamentais responsáveis pelas ações e implementação das políticas voltadas a pessoas com deficiência. Ao todo, foram capacitados 40 multiplicadores moçambicanos; e

- em junho de 2015, missões de prospecção a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para organização de oficinas de capacitação, as quais ocorreram no período de 30 de agosto a 15 de setembro nos dois países.

(d) Apoio à cooperação em matéria de saúde/PECS

Uma das mais bem-sucedidas estratégias da Comunidade é a do PECS (Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP), aprovado pela II reunião dos Ministros da Saúde em maio de 2009. O Brasil (MS) aportou ao PECS US\$ 200.000,00, além de financiar diretamente, por meio de mecanismos próprios, várias das ações prioritárias do Plano. Segundo avaliação técnica, o Programa foi considerado exitoso e, como acima assinalado, foi decidida, em 2014, sua continuidade até 2016. O Ministério da Saúde e a FIOCRUZ, Pontos Focais brasileiros que respondem pelo plano, continuam a implementar ações que lhes foram atribuídas, prescindindo do financiamento do Fundo Especial.

Na 67ª Assembleia Mundial da Saúde, o Brasil participou de encontro paralelo entre os Ministros da Saúde da CPLP, durante o qual se discutiu, entre outros temas, o fomento de Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (RIDES). Na ocasião, o Brasil anunciou uma doação de US\$ 100.000 para cada uma das Redes Temáticas sob sua responsabilidade; VIH-SIDA, Malária e Tuberculose do PECS. As três redes possuem atividades previstas para o período de 2015/2016, que estão sendo custeadas com o apoio financeiro do Brasil. Em abril de 2015 já foi realizada reunião da RIDES Malária em Lisboa, com o objetivo de discutir o projeto de pré-eliminação e elaboração de plano estratégico de colaboração e de ações futuras da Rede. No que respeita à RIDES Tuberculose, está programada ainda para 2015 capacitação em gestão da tuberculose - ações de vigilância e manejo clínico para gestores dos Programas de Controle da Tuberculose que atuam nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Quanto à RIDES VIH-SIDA, a programação de 2015 inclui pesquisa conjunta, mediante indicação de pontos de contato técnicos e agenda de visitas aos Estados-Membros, sobre o diagnóstico situacional da Transmissão Vertical nos países de Língua Portuguesa, tendo em vista as altas prevalências das ITS/VIH/SIDA.

(e) Apoio à execução da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP/ESAN

A título de fortalecimento da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, especialmente dos mecanismos de participação da sociedade civil, o governo brasileiro realizou, em dezembro de 2014, aportes de recursos no valor de € 74.789,65 mil ao Fundo Especial da CPLP e de US\$ 155 mil à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O Brasil respaldou a formação do Mecanismo de Facilitação da Participação Parlamentar no Conselho de Segurança Alimentar da CPLP (CONSAN), em cujo escopo se realizou o seminário “O papel dos parlamentares na promoção do direito humano à alimentação adequada nos países na CPLP”, em Brasília, no Congresso Nacional, em julho de 2015.

Contou igualmente com suporte brasileiro o estabelecimento do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho, mediante a realização de levantamento do estado da arte da Agricultura Familiar nos países da Comunidade e de repositório sobre políticas públicas e iniciativas exitosas, com vistas à elaboração de recomendações e de diretrizes para o aperfeiçoamento de políticas correlatas.

Representantes brasileiros participaram da recente Reunião do CONSAN (25 de novembro corrente), em Díli.

Foi lançada, em 2014, a Campanha da CPLP "Juntos Contra a Fome", que integra a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional/ESAN e tem sido levada adiante pelo Secretariado Executivo da Organização, com a cooperação dos Estados-Membros, em atividades voltadas à obtenção de fundos a serem revertidos em projetos de cooperação em países da Comunidade. A Missão do Brasil atuou na articulação de doação de obras de artistas brasileiros para a exposição “Artistas Unidos Contra a Fome” e na facilitação de contatos com empresas brasileiras para o patrocínio das

“Corridas Contra a Fome” (primeira edição em novembro de 2014 e a segunda a ter lugar ainda no corrente mês de novembro).

III - PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No que respeita ao terceiro e último objetivo estatutário, ou "pilar", da CPLP - a promoção e difusão da Língua Portuguesa -, parecem-me merecer especial referência, no período de minha chefia da Missão, os seguintes itens:

(a) Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa já está em vigor, além do Brasil, em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Em Portugal encerrou-se o "período de transição" entre ortografias: apesar de continuar a sofrer resistência de setores da opinião pública interna, a ortografia do Acordo é a única em vigor no país desde 13 de maio de 2015. Embora Angola continue a manifestar reservas em relação ao Acordo - e, nesse sentido, tenha buscado levantar o tema em Reuniões de Ministros da Cultura e da Educação da CPLP - vêm avançando, como se anotará adiante, os trabalhos de elaboração, com o apoio do Instituto Internacional da Língua Portuguesa/IILP, de Vocabulários Ortográficos Nacionais conforme o AOLP.

Como se sabe, o Brasil incorporou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa à sua ordem legal em 2008, por meio do Decreto 6583; suas regras já estão em vigor no território nacional, sendo largamente utilizadas nos órgãos públicos, nas escolas, na imprensa e pelas indústrias culturais. Em 1º de janeiro de 2016, as regras do AOLP passarão a constituir a única ortografia vigente no Brasil.

(b) Plano de Ação de Lisboa

O Plano de Ação de Lisboa, emanado da Segunda Conferência da CPLP sobre a Língua Portuguesa, de outubro de 2013, foi aprovado pela XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (Maputo, fevereiro de 2014) e adotado pela X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Díli, julho de 2014). Com enfoque no português como língua de inovação e de conhecimento científico e na importância da Língua Portuguesa nas economias criativas, o Plano de Ação de Lisboa define, juntamente com o Plano de Ação de Brasília, aprovado na Primeira Conferência sobre a Língua Portuguesa, em 2010, as estratégias globais para a promoção e difusão do idioma. Anoto que a Missão, ainda chefiada por meu predecessor, cooperou substantivamente para a negociação do Plano de Ação de Lisboa por ocasião da Conferência de 2013. Permito-me registrar que, antes de assumir a Missão, pude buscar contribuir para a elaboração tanto do Plano de Ação de Lisboa quanto do Plano de Ação de Brasília, pois fui distinguido com a chefia da delegação brasileira nas Conferências de 2010 e 2013.

(c) Instituição da Comissão Nacional do Brasil para o IILP

A Comissão Nacional do Brasil para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (CNIILP), criada por meio da Portaria Interministerial nº12/2013, realizou sua reunião inaugural em abril de 2014, tendo como Coordenador-Geral o Professor

Carlos Alberto Faraco (apontado pelos Ministérios da Cultura, Educação e Relações Exteriores).

A CNIILP é composta por representantes do MRE, do MEC, do MinC, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), bem como por seis "especialistas em língua portuguesa" indicados pelos três Ministérios referidos. A Comissão Nacional do Brasil para o IILP tem acompanhado, com atenção, a etapa final de adoção no País do Acordo Ortográfico.

No biênio 2014/2015 o Brasil vem buscando aprofundar sua relação com o IILP, pela participação ativa da Comissão Nacional em seus trabalhos. A Diretora-Executiva do IILP efetuou visita oficial ao Brasil, em outubro de 2015, tendo sido recebida, entre várias outras autoridades, pelo Secretário-Executivo da CNIILP.

(d) Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE)

De acordo com mandato recebido do Plano de Ação de Brasília (2010), o IILP estabeleceu o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), plataforma “on-line” que tem como objetivo central oferecer à comunidade de professores e interessados em geral recursos e materiais para o ensino e a aprendizagem do português como língua estrangeira.

De grande relevância no atual momento de demanda aquecida para o aprendizado do português como língua estrangeira e de necessidade crescente de materiais didáticos voltados para essa finalidade, o PPPLE coloca à disposição materiais produzidos pelos Estados-Membros da CPLP, com exposições e lições acerca da língua e da realidade de cada um desses países, democratizando o ensino e divulgando a diversidade que o idioma apresenta. A produção e gestão multilateral dos recursos didáticos promove, igualmente, o reforço do envolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e de Timor-Leste no desenvolvimento de políticas públicas para a difusão da língua portuguesa.

(e) Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)

Também mediante mandato que lhe foi conferido pelo Plano de Ação de Brasília, o IILP exerce importante função na implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: compilação do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) com base nos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VONs).

O Brasil e Portugal foram os primeiros países a contribuir para o VOC, por meio do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, organizado pela Academia Brasileira de Letras, e do Vocabulário Ortográfico Português. Outros países da Comunidade estão, igualmente, elaborando seus Vocabulários Ortográficos Nacionais, cujas entradas vêm sendo inseridas na base digital comum do VOC. Destacam-se Moçambique e Timor-Leste, que concluíram o processo de elaboração em 2014.

(f) Curso de Português para Diplomatas Africanos

Tendo como ponto de partida sugestão apresentada pelo Grupo de Embaixadores dos Países da CPLP em Brasília, com base em demanda identificada junto ao Grupo de Embaixadores Africanos, o Brasil coordena a oferta estruturada de cursos de português para diplomatas africanos não-lusófonos credenciados na capital brasileira. O projeto, entre outros pontos positivos, permite valorizar a língua portuguesa como idioma de trabalho nas atividades diplomáticas.

A implementação do projeto, cuja segunda edição foi aprovada na 181ª Reunião Ordinária do CCP, em 2015, operacionaliza-se por recursos tornados disponíveis no Fundo Especial. As aulas e material didático ficam a cargo da instituição parceira no Brasil, o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros, vinculado à UnB.

IV - INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

Nos anos de 2014/2015, a Missão do Brasil junto à CPLP levou a cabo variadas atividades de promoção da cultura e da realidade brasileiras, entre as quais se incluíram:

(a) Apoio à realização do V Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa – FESTin, em Lisboa (2 a 9/4/2014);

(b) Promoção, em maio de 2014, de exhibições do espetáculo teatral “Chico em Pessoa”, no contexto da comemoração, em 5 de maio, do "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP";

(c) Palestra do Professor Domício Proença Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, intitulada “A presença africana no português brasileiro”, na sede da CPLP (24/3/2015);

(d) Apoio à realização do VI Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa – FESTin, em Lisboa (8 a 15/4/2015);

(e) Apoio institucional para a participação de artistas brasileiros na Exposição Coletiva de Artes Plásticas de Países de Língua Portuguesa, em Lisboa (4 a 31/5/2015);

(f) Articulação da participação de artistas visuais brasileiros na exposição “Artistas unidos contra a fome”, organizada pelo Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa (14 a 31/5/2015);

(g) Participação do Professor Dr. Antonio Carlos Secchin, poeta, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), no V Encontro de Escritores Lusófonos (19 a 21/5/2015), atividade integrante da V Bienal de Culturas Lusófonas, que celebrou também o "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura dos Países da CPLP";

(h) Promoção de apresentações musicais brasileiras no âmbito da V Bienal de Culturas Lusófonas, em Lisboa (4 e 5/6/2015), e no IV Festival Conexão Lusófona (18/9/2015), também em Lisboa, neste último caso de particular interesse para alcance dos jovens da diáspora de língua portuguesa residentes na cidade;

(i) Apoio à participação brasileira, por meio de grupo de capoeira, na 83ª edição das “Marchas Populares de Lisboa”, no âmbito do “Agrupamento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa” (12/6/2015); e

(j) Apoio à apresentação do espetáculo infantil “Como nasceram as estrelas – Tocado, Falado e Riscado”, tendo como base o livro “Como nasceram as estrelas – doze lendas brasileiras”, de Clarice Lispector (5/11/2015).

V - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

As principais dificuldades encontradas no período constituíram a impossibilidade de comparecimento de autoridades brasileiras, inclusive especialistas em áreas setoriais, a reuniões da CPLP; o atraso de meio ano no pagamento da contribuição brasileira de 2013 ao funcionamento do Secretariado; e as dívidas ainda pendentes na contribuição do Brasil ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa. A propósito, cabem os seguintes comentários:

(a) Representação em reuniões

A ausência de autoridades e especialistas brasileiros em reuniões da Comunidade costuma ser ressentida pelos outros Estados-Membros, sobretudo pela importância do Brasil para a atuação conjunta nas diversas vertentes de cooperação comunitária. A representação em reuniões ministeriais setoriais, ou em reuniões técnicas a elas vinculadas, por meio de diplomatas da Missão junto à CPLP em Lisboa ou da Embaixada brasileira no país em que o encontro se realize, é, independentemente dos méritos do representante e das instruções que receba, necessariamente limitada pela inconveniência de tomar decisões em nome de outras Pastas ministeriais, para implementação destas.

A título de exemplos em 2015, não se pôde assegurar a participação de representantes dos respectivos Ministérios nas Reuniões de Ministros de Energia (em que me competiu a representação), de Ministros de Turismo, de Ministros de Interior e Administração Interna (em que coube à Embaixada em Díli a representação), de Pontos Focais de Cultura, de Pontos Focais de Comércio (representação de diplomatas da Missão).

(b) Pagamento atrasado da contribuição de 2013 ao funcionamento do Secretariado

Por ocasião de minha chegada ao Posto, em fins de janeiro de 2014, o Brasil estava em dívida, desde o início do ano, na sua contribuição de 2013 para o funcionamento do Secretariado da CPLP, cujo pagamento veio a ser realizado às vésperas da Cúpula de governantes de Díli, em julho. Apesar de ter sido atraso de poucos meses, a relevância da contribuição brasileira criou, no período, situação constrangedora para a Missão perante os demais Estados-Membros e o corpo de funcionários do Secretariado.

(c) Dívida frente ao IILP

O Brasil deve suas contribuições financeiras ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa/IILP desde 2011. Os aportes devidos, referentes aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, já chegaram ao montante de € 297.168,61. Em 31 de dezembro de 2015, se esgotará o prazo para pagamento da parcela referente ao presente exercício financeiro, no valor de € 74.280,04.

A interrupção do pagamento decorreu de impedimento jurídico arguido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, o qual já foi superado. O MPOG entendia inexistir base legal para o pagamento ao IILP, por falta de internalização (promulgação) das modificações estatutárias pelas quais se passara a prever aquela obrigação. O obstáculo jurídico foi superado pela promulgação no Brasil dos Estatutos da CPLP de 2007, mediante Decreto 8.339, de 14 de novembro de 2014.

A dívida brasileira permanece, contudo, por saldar. Essa situação gera cobranças continuadas por parte dos outros Estados-Membros da CPLP, com grande prejuízo político. A suspensão do pagamento coloca o Brasil em posição delicada, especialmente porque tem constituído um dos principais fatores que inibem o funcionamento do IILP (a contribuição corresponde a aproximadamente 30% do orçamento do Instituto).

A questão torna-se ainda mais premente em função da iminência de assunção, pelo Brasil, da presidência de turno da CPLP e do entendimento generalizado que se observa, nos debates em curso sobre "nova visão estratégica" da Comunidade, de valorização do IILP e superação de seus problemas orçamentários.

VI - SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

Em atenção às instruções da circel 98005, e tendo em conta as observações precedentes, sugiro ao próximo Chefe da Missão junto à CPLP conceder especial atenção aos seguintes pontos:

(a) a necessidade da mais ampla participação possível de representantes das áreas especializadas do governo em todas as reuniões da CPLP que dizem respeito a seus campos de atuação (reuniões ministeriais setoriais, reuniões técnicas de pontos focais, reuniões dos Secretariados Técnicos Permanentes);

(b) a realização, no Brasil, em 2016, presumivelmente em julho, da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo e da XXI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que marcarão a assunção pelo País da Presidência rotativa da CPLP;

(c) a responsabilidade que o Brasil terá, como Presidente rotativo da Comunidade no biênio 2016-2018, de sediar, organizar e presidir a uma série de reuniões ministeriais setoriais e encontros técnicos a elas conexos, conforme estipulado no Regimento Interno de cada foro;

(d) ainda antes da assunção pelo Brasil da Presidência pro tempore da Comunidade, a obrigação de participação de representantes brasileiros nos encontros de Secretariados Técnicos Permanentes/STP das reuniões ministeriais setoriais, pois são mecanismos integrados por "troika" que inclui a próxima presidência, destinados a

assegurar o seguimento das decisões da reunião ministerial anterior e a preparação da seguinte;

(e) a imperiosidade de pagamento tempestivo das contribuições anuais do Brasil para o funcionamento do Secretariado da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa/IILP, tendo em vista a projeção do País no âmbito da Comunidade e o peso que, embora modestas em termos absolutos, têm suas contribuições regulares para o orçamento das duas instituições. Alimento a expectativa de que a dívida acumulada com o IILP seja saldada em breve, portanto ainda antes de meu sucessor assumir a chefia da Missão, pois já foi superado o obstáculo jurídico que dificultava ou impedia o pagamento;

(f) a conveniência, caso possível, de indicação de servidor brasileiro para prestar serviço no Secretariado Executivo, conforme interesse manifestado pelo próprio Secretariado e prática já observada no passado. Creio que a cessão poderá ser especialmente útil para uma atuação eficaz da Missão na organização das diversas atividades inerentes à presidência pro tempore da Comunidade; e

(g) a continuidade da promoção, pela Missão, na medida das disponibilidades orçamentárias, de programa voltado para a difusão da cultura brasileira na sede da Organização ou em conjunto com os demais países da Comunidade, em particular a associação à celebração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura dos Países da CPLP (5 de maio).